O GENOCÍDIO OCULTADO

INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O TRÁFICO NEGREIRO ÁRABO-MUÇULMANO

TIDIANE N'DIAYE

Tradução: Tiago Marques

gradiva

Índice

Introdução 7

1. As formas de escravidão em África antes da conquista árabe 11
2. O negro no imaginário colectivo dos povos árabo-muçulmanos 37
3. A conquista árabe de África 57
4. Após a conquista, a islamização e as cumplicidades africanas 85
5. Resistência africana 105
6. Bestialização, razias e perseguições, ou a África a ferro e fogo 121
7. Os negros no sistema esclavagista árabo-muçulmano 141
8. Extinção étnica programada por castração maciça 169
9. «Síndroma de Estocolmo à africana», ou a amnésia por solidariedade religiosa 185

Anexos

Versículos do Alcorão que encorajam a escravização dos não-muçulmanos pelos muçulmanos 209
A maldição de Cam 211
Testemunho de Hayrettin Effendi, último eunuco do último sultão 213

Balizas cronológicas 215
Glossário 219
Bibliografia 227
Estudos 231
Agradecimentos 233

Introdução

Os árabes*, no decurso dos seus movimentos de conquista, começaram por tomar, submeter e islamizar o Norte de África, antes de se dirigirem para Espanha. Neste país, desenvolveram uma civilização brilhante, simbolizada pelos emirados e califados de Córdova. Depois, quando regressaram a África, numa nova vaga de islamização dos povos, levaram consigo uma infinidade de desgraças. Durante a progressão árabe, a sobrevivência constituía um verdadeiro desafio para as populações. Milhões de africanos foram arrasados, massacrados, capturados, castrados ou deportados para o mundo árabo-muçulmano. Isto em condições desumanas, em caravanas que atravessavam o Sara ou por via marítima, a partir dos entrepostos de carne humana da África Oriental. Era esta, na verdade, a primeira empresa da maioria dos árabes que islamizavam os povos africanos, fazendo-se passar por pilares da fé e por modelos dos crentes. Muitas vezes, iam de região em região, com o Alcorão numa mão e um machete na outra, levando hipocritamente uma «vida de oração» e invocando constantemente Alá e os hádices* do seu profeta.

---

* Relativamente às palavras seguidas de um asterisco, consultar o glossário, a partir da pág. 219.

Belos e nobres princípios, na verdade, mas que foram desprezados — com tanta alegria, tanta infâmia e tanta má-fé! — pelos negreiros árabes, que puseram África a ferro e fogo. Protegidos por este pretexto religioso, perpetraram os crimes mais hediondos e as crueldades mais atrozes. Isto mereceu a Édouard Guillaumet as seguintes palavras: «Que desgraça para a África, o dia em que os árabes puseram os pés no interior! Com eles vieram a sua religião e o seu desprezo pelos negros...»

Se hoje em dia, no que diz respeito à islamização de povos africanos, na maioria dos países, a religião do profeta Maomé — com o seu prestígio social e intelectual — fez enormes concessões às tradições ancestrais, ao integrar-se harmoniosamente sem destruir as culturas e as línguas, isto nem sempre se verificou: a história dos árabes que mergulharam os povos negros nas trevas foi sobretudo a do mal absoluto.

Enquanto o tráfico transatlântico durou quatro séculos, os árabes arrasaram a África Subsariana durante 13 séculos ininterruptos. A maioria dos milhões de homens por eles deportados desapareceu devido ao tratamento desumano e à castração generalizada.

O tráfico negreiro árabo-muçulmano começou quando o emir e general árabe Abdallah ben Saïd impôs aos sudaneses um *bakht* (acordo), no ano de 652, que os obrigava a entregar anualmente centenas de escravos. A maioria destes homens era retirada das populações do Darfur. E foi este o começo da sangria humana que, aliás, só iria estancar oficialmente no início do século XX.

Aparentemente, esta dolorosa página da história dos povos negros não foi virada de forma definitiva. No rescaldo do segundo conflito mundial e da descoberta dos horrores do Holocausto, a Humanidade foi confrontada com a medida exacta da crueldade do Homem e da fragilidade da sua condição. Sob o choque, a comunidade internacional declarou, numa espécie de célebre e memorável *«never again»,* que não permitiria que tais aconte-

cimentos se repetissem. Isto revelar-se-á tanto mais absurdo aos historiadores do futuro quanto, neste início do século XXI, está a decorrer no Sudão uma verdadeira operação de limpeza étnica das populações do Darfur.

Em Abril de 1996, o enviado especial das Nações Unidas ao Sudão já testemunhava um «aumento assustador do esclavagismo, do comércio de escravos e do trabalho forçado no Sudão». Em Junho do mesmo ano, dois jornalistas do *Baltimore Sun*, que também tinham conseguido entrar no país, escreviam num artigo intitulado «Dois testemunhos da escravidão*» que tinham conseguido comprar jovens escravas, para as libertar. Decididamente, do Darfur do século VII ao Darfur do século XXI, o horror continua, desta vez com a agravante da limpeza étnica.

É mais do que tempo de o genocidário tráfico negreiro árabo-muçulmano ser examinado e debatido, ao mesmo título que o tráfico transatlântico. Embora não existam graus no horror nem monopólio da crueldade, podemos afirmar, sem risco de equívoco, que o comércio negreiro árabo-muçulmano e as *jihads** (guerras santas) provocadas pelos seus impiedosos predadores para obter prisioneiros foram, para a África Negra, muito mais devastadores do que o tráfico transatlântico. E isto ainda ocorre sob os nossos olhos (Janeiro de 2008), com o seu quinhão de massacres e o seu genocídio a céu aberto.

Tidiane N'Diaye

1

As formas de escravidão em África antes da conquista árabe

A verdade é que o escravo congolês é um elemento acrescentado à família. É um membro postiço. Um filho artificial, se assim posso dizer.

Doutor Cureau

Ao longo dos séculos, um fenómeno universal, que provocou estragos em todas as comunidades humanas e em todas as épocas da História, foi responsável pelo facto de inúmeros homens serem reduzidos a objectos de tráfico pelo seu semelhante. Assim, não nos deve espantar que encontremos vestígios de práticas de escravidão nas sociedades africanas desde a noite dos tempos faraónicos. Aos olhos da História, os povos de África não ficaram isentos da mesma evolução que conheceu a quase totalidade das civilizações humanas.

Mas abramos parênteses e voltemos atrás no tempo para ver o que se passava noutras paragens, com os gregos e os romanos. Esqueçamos a era mais antiga e as querelas das cidades entre

si — época em que o escravo era um bem comum —, para nos situar em Atenas quatro séculos antes de Cristo: aqui, contamos não menos de 250 mil escravos. Ou seja, cada cidadão possuía pelo menos um. Graças a Xenofonte, sabemos como era fácil obter escravos. Vindos do Alto Egipto, os núbios (já africanos) eram apreciados, ainda que fossem em número reduzido. Para os romanos, a escravatura era igualmente comum. No curso das suas numerosas guerras de conquista — por exemplos, as guerras levadas a cabo por Júlio César —, reduziram a escravos um número considerável de prisioneiros, subjugados por meio de armas ou «raptados» nas suas longínquas colónias. Na sua maioria, eram ditos de «raça*» branca. A Roma Antiga inaugurou o recurso à escravatura em larga escala para a produção de mercadorias. Chegará a haver três milhões de escravos em Itália, ou seja, quase 30 por cento da população. A revolta de Espártaco, glorificada pelo cinema, custou a vida a dezenas de milhares de escravos. Após um combate feroz, o general Crasso imortalizou o seu nome ao mandar crucificar dez mil escravos ao longo da Via Ápia, de Nápoles a Roma. Mas Roma já extravasava Roma, de tal forma que, quatro séculos mais tarde, os problemas da cidade precipitaram a queda do império.

Quanto aos povos do Ocidente, sempre sob o jugo de conquistadores de vários quadrantes e vítimas dos acasos da guerra, continuaram a pagar o tributo aos «senhores», e isto até ao Renascimento. A eterna lei do mais forte sempre fez do vencido o escravo do vencedor. Não há dúvida: *Vae victis!* De facto, a Idade Média foi, na Europa, uma época propícia para o tráfico de escravos, entre os quais se encontraram, em parte, árabes muçulmanos e judeus. O Mediterrâneo tornou-se o «campo de batalha» onde latinos e orientais se defrontaram em combates sangrentos, os quais forneceram prisioneiros às centenas de milhares. Até à tomada de Constantinopla pelos turcos, os «eslavos» — nome

dado pelos árabes muçulmanos aos prisioneiros brancos europeus — foram bastante numerosos nos mercados de escravos. Conhecemos qual foi o seu destino e veremos como foram progressivamente substituídos pelos africanos.

Independentemente dos continentes e das civilizações, a dominação do Homem pelo Homem, como sabemos, constitui uma das características fundamentais da história da Humanidade. A escravatura é, muito simplesmente, o seu aspecto mais marcante e extremo. Esta injustiça constitui, antes de mais, o direito impróprio que alguns homens se atribuíram de usar e abusar dos serviços de uma pessoa que não pode exprimir livremente a sua vontade. Assim, o «senhor» tem o direito de utilizar os seus escravos como bem lhe aprouver. E em numerosas civilizações, à semelhança de outros bens, estes escravos eram cessíveis e alienáveis. Trata-se da própria negação dos atributos naturais do homem livre, a saber: dispor da sua pessoa e agir de acordo com a sua vontade; poder possuir bens e fruí-los livremente; trabalhar e escolher o seu trabalho.

Sabemos que o Homem se encontrou, desde sempre, submetido «ao jugo do Homem» (Santo Agostinho): escravidão, servidão*, a prostituição e exploração de crianças dos nossos dias... Foi o destino das civilizações: nenhuma escapou a isto. Desta forma, proclamar que determinada sociedade foi «esclavagista» ou teve esta ou aquela prática imoral equivale, de alguma forma, a julgar uma tara provavelmente universal. Africanos, europeus (gregos, romanos, etc.), árabes, persas, chineses, índios do México e dos Andes: praticamente todos se dedicaram, sob diversas formas, à prática de um sistema que a nossa ética moderna reprova. A força ou as religiões foram as armas que permitiram impô-lo com a maior das tranquilidades. Cristãos e muçulmanos abusaram dele. É certo que o combate político ou jurídico substitui a moral nos

nossos dias. Toda a gente se pronuncia, e ganha quem se fizer melhor ouvir, por vezes numa espécie de concorrência das Memórias. Longe de nós a ideia de querer comunitarizar a História ou as Memórias, o que seria abrir a porta a uma hierarquia da vitimização. Mas somos obrigados a reconhecer que a dimensão alcançada pelo tráfico e pela escravidão sofridos pelos povos negros supera — em número de vítimas, em duração e em horrores — tudo o que sucedera até aí. E na génese destas desgraças, historicamente, o tráfico negreiro é uma invenção do mundo árabo-muçulmano.

A extensão desta tragédia inaugurada pelos árabes é, a este respeito, única: corresponde a uma forma inédita de escravatura, pela sua intensidade, pela sua justificação, pela sua natureza, mas sobretudo pela sua duração — 13 séculos — e pelo número de sociedades que a praticaram. Este empreendimento gigantesco poderia ter levado ao desaparecimento total os povos negros do continente africano. Tudo isto para satisfazer as necessidades expansionistas, mercantis e «domésticas» das nações árabo-muçulmanas.

Segundo algumas fontes, o Antigo Egipto não foi esclavagista nem racista. O próprio termo «escravo» não existia na língua egípcia. Cada servo, diz-se, era remunerado e possuía privilégios específicos. Nenhuma função previa laços estreitos de dependência exclusiva quanto a um homem, ao contrário do que se passa no princípio esclavagista. No entanto, ainda que, num primeiro momento, a análise da sociologia egípcia não tenha evidenciado práticas esclavagistas, os investigadores que recorriam essencialmente a fontes gregas — baseadas na tradição oral interpretada — descreviam os súbditos dos faraós como um povo servil, obrigado à força a edificar monumentos inúteis à glória de monarcas megalómanos. O relato bíblico da servidão dos hebreus no Egipto parece confirmar esta interpretação. Teremos oportunidade de vol-

tar a este ponto depois de examinar outras fontes. Mas vejamos agora o que se passava em períodos mais próximos de nós.

No mundo grego, que pôs termo à hegemonia egípcia, Teofrasto diz-nos que era particularmente desonroso não ter nenhum escravo ao seu serviço. Descreve a situação dos escravos negros, em número reduzido e objecto de curiosidade, e qualifica como um traço de personalidade vaidosa a sua exibição pelos senhores.

Todos os negros eram assimilados aos etíopes pelos gregos, que tinham encontrado pela primeira vez africanos negros no Egipto. Na Antiguidade, chamavam-lhes *aethiops*. Na verdade, estes etíopes eram maioritariamente cuxitas aparentados às populações núbias. Heródoto dizia que «estes homens de rosto queimado» eram seres virtuosos cujas festas e banquetes eram honrados pela presença do próprio Zeus. E Homero acrescentava que as populações deste país se distinguiam pelo facto de se cindirem em dois grupos: um que vivia de manhã, outro que começava o dia ao pôr do Sol. Depois de ter designado todos os negros, o termo «etíope» acabará por se aplicar a um povo preciso: os abissínios, antepassados dos povos que se encontram na actual Etiópia*. Na realidade, o conhecimento dos gregos da época clássica limitava-se à região mediterrânica. Os dados geográficos de que dispunham eram, na sua maior parte, oriundos dos egípcios e dos fenícios. Só conheciam a África sob o nome de Líbia e, portanto, não tinham mais do que uma fraca ideia da extensão do continente negro. Assim, Heródoto, que se baseava nas fontes egípcias, conhecia certamente o Nilo, mas apenas até quatro meses de marcha de Assuão, ou seja, até Cartum, no Sudão dos nossos dias. É neste ponto de África que os mapas continuaram a parar até ao ano de 1839.

Porém, o conhecimento acerca deste continente e o nome dado aos seus povos iam evoluir sobretudo com os romanos.

Nas suas movimentações de conquista, estes últimos colonizarão a região setentrional de África, principalmente Cartago e a Numídia. Melhor que os gregos, frequentavam os reinos da Núbia e da Etiópia, embora deste último se tenha retirado para as suas terras altas após a queda de Axum, no século VI. Os romanos mantiveram relações sólidas com os afris, de onde vem o nome do continente. Os afris eram guerreiros da tribo dos awragas, que ocupavam o sul da Tunísia. Assim, depois de ter servido para designar os habitantes das possessões cartaginesas, o qualificativo «africanos» foi estendido pelos romanos aos outros povos do continente negro.

Quanto aos seus súbditos cartagineses, mantiveram desde muito cedo relações com numerosas populações africanas negras, por intermédio dos garamantes, que ocupavam o Fezzan. Estes garamantes asseguravam as ligações comerciais entre Cartago e o Sudão. Traziam para o Mediterrâneo ouro, estanho, marfim, penas de avestruz, animais selvagens e prisioneiros. Além do carbúnculo, Heródoto relata que também os norte-africanos faziam razias às populações tubus, do Níger à região do Tibesti, no Chade. Frequentemente, integravam-nas nos seus exércitos. Uma parte destes combatentes africanos acabaria mesmo por servir nas tropas de Aníbal que invadiram a Itália quando da Segunda Guerra Púnica. Mas, para nos aproximar da génese do fenómeno da escravidão em África, o surgimento da egiptologia moderna — com os preconceitos a cair perante factos provados — veio trazer-nos maior clareza.

As grandes descobertas do século XIX confirmaram-nos que tinham existido, em todas as épocas do Antigo Egipto, homens escravizados e obrigados a trabalhar gratuitamente para outros. Aqueles que estavam reduzidos à escravidão neste país eram-no oficialmente, num sistema organizado e administrado pelo poder